

*(Des)Memória de perplexidades:
Brasil, década de 1970*

Beatriz de Moraes Vieira

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

Starting from two books, *Inventory of Scars* by Alex Polari, and *K.* by Bernardo Kucinski, this article analyses the place of literature in dealing with painful historical experiences in Brazil under the last dictatorship (1964-85). In these works, the notion of perplexity is associated with different strategies of memory as the registration of prison experience for future acknowledgment or the post reorganization of remembrances about the search for a missing person. In both cases, the poetic or fictional approach is fundamental for the mimesis of a damaged life and justifies the hypothesis of “perplexity” as a possible way of translating the “immensurable” experienced during that historical process.

Keywords: historical experience, Brazil, civil-military dictatorship, perplexity, fictional approach

Estuda-se aqui o lugar da literatura para tratar da experiência histórica dolorosa no Brasil sob a última ditadura, com base nas obras *Inventário de cicatrizes* de Alex Polari, e *K.* de Bernardo Kucinski. Nestas, a noção de perplexidade, reiterada em variadas fontes com ecos atuais, associa-se a diferentes estratégias de memória, respectivamente o registro da experiência prisional *ad hoc* para futura ciência, e o reordenamento *a posteriori* de lembranças sobre a busca de um desaparecido. Em ambos, a poetização ou ficcionalização é nodal para a mimese da vida danificada, o que permite a hipótese de que a perplexidade traduz uma vivência social de incomensurabilidade ante aquele processo histórico e pede recursos literários para ser substancialmente comunicada.

Palavras chaves: experiência histórica, Brasil, ditadura civil-militar, perplexidade, ficcionalização

Costuma-se dizer que o Brasil é um país sem memória – repetem-se erros, reelegem-se políticos notoriamente corruptos, disfarça-se o racismo nas relações sociais “cordiais”, elidem-se os sofrimentos e as possíveis derivações traumáticas dos séculos de escravidão, da modernização autoritária e excludente, e das diversas ditaduras, em nome de reiterar a imagem de um povo alegre e pacífico, envolvido em carnavais, praias e futebol... É evidente, contudo, que a contrapelo das ideologias ou linhas dominantes de ideias e comportamento, ao se observar atentamente a vida cotidiana ou a produção intelectual e artística do país encontram-se profundas contradições, indagações e respostas muito diferentes, como por exemplo a constatação da jornalista e psicanalista Maria Rita Kehl de que “O Brasil dói”, sendo simultaneamente “afetivo, encantador, violento e tenebroso” (Kehl, 2011).

A afirmação aponta para o processo da escravidão e para a repressão da ditadura civil-militar sobre seus opositores, entre 1964 e 1985, como experiências históricas dolorosas que se arrastam na vida brasileira, seja ao longo de uma temporalidade bastante distendida – a longa duração, para usarmos a consagrada expressão de F. Braudel –, seja em uma temporalidade mais curta, que já vai somando décadas. À história brasileira, marcada desde o princípio por processos brutais – basta lembrar a dinâmica da colonização, a relação com índios e escravos, o tráfico negreiro, as condições de miserabilidade dos imigrantes e dos pobres no período republicano – acresceu-se mais uma camada de violência no período da ditadura recente, com a diferença qualitativa (em relação aos outros períodos ditatoriais no país) de um envolvimento mais amplo das Forças Armadas e do planejamento por parte de setores governamentais de aniquilação física e moral de seus opositores, como ocorreu nas diversas ditaduras latino-americanas dos anos 1960-70¹. Um estudo sobre a relação entre história e literatura em tal contexto revela que sob a aparente alegria dos tropicalistas e dos “poetas marginais” que marcaram a década de 1970 no Brasil, residem dores e tristezas de toda uma geração, compreendida não apenas no sentido etário, mas como conjunto de sujeitos de várias idades afetados pelo impacto do seu momento histórico nos aspectos políticos, policiais, repressivos, mas também econômicos, intelectuais, culturais (Vieira, 2011).

Encontra-se frequentemente a palavra “crise” nos textos da época que tentavam analisar o seu próprio tempo, porém é a noção de “perplexidade” que mais salta aos olhos, por se apresentar ainda mais repetidamente nos diversos tipos de documentação, em poesia e prosa, em textos das imprensas ordinária ou especializada, em textos historiográficos, em correspondências particulares. Há inúmeras perguntas a serem feitas a respeito de quais os sentidos e formas dessa perplexidade, que experiências sociais podem se desvelar sob essa palavra, usada sempre como um termo de senso-comum. A título de exemplo e como fonte de reflexões, o presente trabalho propõe abordar textos de Alex Polari, do livro

¹ Em “Traumatismo de la memoria e imposibilidad del olvido en los países del Cono Sur”, Bruno Groppo observa: “El terror fue el instrumento elegido, conforme a los principios ideológicos de la doctrina de la ‘seguridad nacional’, no solo para destruir toda fuerza de oposición, sino también para disciplinar a la sociedad en su conjunto. Este terrorismo de Estado marcó un salto cualitativo en el ejercicio de la violencia en las sociedades del Cono Sur cuya historia, no obstante, no había sido precisamente pacífica: desde este punto de vista, las dictaduras militares de los años ’70 e ’80 se distinguen nitidamente de los regímenes autoritarios anteriores”. O autor menciona o relatório *Nunca Más* da Argentina/CONADEP, que fala de “sistema de terror institucionalizado”. (Groppo, 2001, p.19).

Inventário de cicatrizes (1979), e de Bernardo Kucinski, da obra *K.* (2012). Não se pretende aqui esgotar a análise desses livros, nem mesmo o leque de questões que a temática da perplexidade suscita, mas estabelecer considerações que têm como foco sua relação com estratégias de memória mobilizadas pelos autores.

Um sentido totalmente diferente – perplexidade e memorabilidade em A. Polari

Alex Polari de Alverga foi um estudante universitário ativo nas lutas do final dos anos 1960 contra a ditadura implantada no Brasil em 1964. Membro da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no Rio de Janeiro, foi preso em maio de 1971, com vinte anos, após participar do sequestro do embaixador suíço, o último dos sequestros que objetivavam trocar personalidades diplomáticas por prisioneiros políticos, e cuja negociação com o governo militar foi especialmente difícil (Daniel, 1982). Conforme era praxe, Alex passou por várias unidades militares e prisões, e cumpria sua dupla condenação à prisão perpétua quando foi anistiado. Na voragem de dores, transferências, visitas dominicais, correspondência violada, notícias fúnebres, expectativas, lembranças e desesperos, Polari sobreviveu e continuou, escrevendo ao longo dos oito anos de prisão: o poeta se tornou poeta ao cumprir uma das funções psíquicas da arte, como modo fundamental de elaboração da dor do sujeito que se constitui enquanto tal. Seu trabalho foi publicado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ e Teatro Ruth Escobar (SP), em 1978, como parte do processo de luta pela anistia e redemocratização no país, quando presos políticos, entre eles Alex, faziam greve de fome de modo a obter visibilidade e pressionar as autoridades. Alguns textos foram fotocopiados e distribuídos nas manifestações estudantis de 1976-77, ou ainda traduzidos em outras línguas para divulgação internacional². O livro *Inventário de cicatrizes* apresenta como matéria a vida prisional e contempla um inventário de feridas que o título transformou em cicatrizes. Nas quinze estrofes de abertura que compõem “Recordações do Paraíso” – nem é preciso ressaltar a ironia aqui contida –, se lê:

11
Algumas marcas desaparecem
outras ficam por uns tempos
aquele gosto
aquele cheiro
aqueles gritos
estes permanecem
calados lá dentro
colados numa memória essencial
sem intervalos possíveis,

² Segundo informações constantes na 4ª capa do livro, houve uma tradução sueca pela Anistia Internacional e em revistas de exilados chilenos impressas em Estocolmo; tradução francesa em coletânea de escritos de presos políticos brasileiros; publicação nos Cadernos do Terceiro Mundo, em Portugal; e cópias mimeografadas e distribuídas em meios universitários da Itália e Alemanha. Outro livro de poemas, também com material escrito na prisão, na época da greve de fome e se preparando para ser solto, foi publicado em março de 1980, pela Ed. Global, com o título de *Camarim de prisioneiro*. O livro *Em busca do Tesouro*, uma biografia romanceada, segundo o próprio autor, foi escrito depois de liberto, quando reencontrou o mundo, a família, o filho que nascera enquanto estava preso.

vale dizer, definitivos.

Seviciado diversas vezes, o jovem militante recorreu aos versos para expressar o sofrimento individual e coletivo dos presos políticos, pouco preocupado com as técnicas literárias ou a qualidade formal, embora a tenha alcançado em várias passagens. Sua intenção notoriamente foi registrar a experiência vivida, desde suas dimensões mais sensíveis, os odores (“A camisa tinha sangue coagulado,/um cheiro estranho de súplica”³), os sabores, os gritos ouvidos ou pronunciados, aos acontecimentos testemunhados mas impossíveis de provar, como o lançamento ao mar de corpos de militantes torturados e mortos pelos agentes da repressão política (“o barulho de um corpo no mar/é assim como o estalar da asa de uma mariposa muito frágil”⁴), passando ainda pelo registro de acuradas reflexões, como os paradoxos éticos de uma ditadura violentíssima, cujos torturadores, entretanto, lavavam as mãos e participavam de festas cívicas “segurando uma bandeira/e um monte de crianças/emocionado feito o diabo/com o hino nacional”⁵, o que configura uma cruel perversão do nacionalismo popular amplamente vigente antes do golpe de estado... ou cuja modernidade tecnológica dos instrumentos de tortura (“digno de figurar/em um museu do futuro”⁶) destoa da tradição medieval e inquisitorial de tal prática no país, bem aponta a contra face do progresso capitalista nos países de capitalismo periférico... Uma das situações mais dolorosas pelas quais Alex passou foi decerto haver assistido da janela de sua cela a tortura fatal de seu amigo Stuart Angel, no pátio do Centro de Informações da Aeronáutica, na base Aérea do Galeão (RJ), também em maio de 1971⁷. A angústia dessa situação traduziu-se posteriormente no texto “Canção para ‘Paulo’ (A Stuart Angel)”:

[...]
Um sentido totalmente diferente de existir
se descobre ali,
naquela sala.
Um sentido totalmente diferente de morrer
se morre ali,
naquela vala.
[...]
Então houve o percurso sem volta
houve a chuva que não molhou

³ Do poema “Recordações do paraíso”, 14ª estrofe, p.14.

⁴ Do poema “Cardume de mortos”, in: *Camarim de Prisioneiro*, p.89-90. E em “Cemitério de Desaparecidos” pertencente a *Inventário de cicatrizes*, p.50: “Fala-se à boca miúda/nos corredores do Cisa,/Cenimar e Doi/que a Vanguarda Popular Celestial/(como eles denominam o local que os/guerrilheiros vão depois de mortos)/está sediada em algum ponto da Restinga de Marambaia./É lá que os corpos dos militantes presos/são jogados à noite de helicóptero: [...]”. Cisa, Cenimar e Doi eram, respectivamente, os órgãos de espionagem e repressão da Aeronáutica, Marinha e Política política.

⁵ “Moral e cívica – II”, in: *Inventário de cicatrizes*, p. 49. Note-se que os títulos dos poemas de Polari são comumente irônicos; neste caso, dialogava inclusive com a disciplina de “Moral e Cívica” que foi imposta obrigatoriamente pela reforma educacional do regime ditatorial em todos os níveis e colégios do país, uma vez que os grupos civis e militares que estavam no poder se consideravam detentores da boa moral e do civismo, em oposição à “anarquia” que, segundo eles, predominava no período democrático antecedente.

⁶ Do poema “Trilogia Macabra (III – A parafernália da tortura)”, In: *Inventário de Cicatrizes*, p.31.

⁷ O assunto é tratado no filme *Zuzu Angel*, do diretor Sérgio Rezende (2006), sobre a luta da mãe de Stuart para obter informações do filho desaparecido.

e a noite que não era escura
o tempo que não era tempo
o amor que não era mais amor
a coisa que não era mais coisa nenhuma.

Entregue a perplexidades como estas,
meus cabelos foram se embranquecendo
e os dias foram se passando.

A exposição aos extremos da violência muda por inteiro o sentido da experiência, de eros, de tânatos, de cronos... e a dissolução de todas as coisas se avizinha, asa sombria do avesso de existir, mas um desfazer-se que não deixa morrer. Para configurar uma mudança inexorável (“o percurso sem volta”) – o autor constrói oximoros em princípio muito simples, baseados na mera negação do objeto (“o tempo que não era tempo/o amor que não era mais amor/a coisa que não era mais coisa nenhuma”), porém essa negação dessubstancializa o referente, de modo que o sentido metafórico que poderia resultar da contradição do oximoro não se perfaz, ou seja, as experiências da chuva, da noite, do tempo, da vida e da morte não significam. Sabe-se apenas que há “um sentido totalmente diferente” para tudo, o que parece indicar não a “nadidade”, mas a dificuldade de representação traumática, não um abismo niilista, mas a instauração da mais plena perplexidade⁸.

Há um grau de violência não explícita atuante na repressão política que quase passa despercebido, uma vez que a literatura sobre os direitos humanos e a anistia privilegia uma abordagem das dores em modalidades mais evidentes, como no suplício da tortura e da morte (Pietrocolla, 1997). Mas psiques esfrangalhadas por traumas ou “dores morais”, na falta de melhor nome, existiram e são testemunhadas por todos os que viveram a experiência de terem seus sentimentos manipulados como instrumento de coação, tal qual nos casos em que se era obrigado a assistir a tortura e/ou morte de familiares e amigos, o que algumas vezes incluiu a presença de crianças e bebês, ou nos casos do falso ponto de encontro ou a falsa volta para casa, em que a polícia usava o preso para atrair outros militantes (A 4ª estrofe de “Recordações do Paraíso”, supracitado, traz um sujeito lírico que cospe no próprio reflexo de seu rosto nas águas de um vaso sanitário, escoadouro de dejetos humanos, e recusa o espelhamento: “Não, não pode ter sido/a mesma face,/ não me olhe assim, não tenho culpa”).

Considerando-se que tudo aquilo que acontece com o indivíduo é fruto de um cruzamento de dimensões pessoais e sócio-históricas indissociáveis, há experiências da década de 1970 que talvez só a literatura possa proporcionar, pois se trata do inusitado, de “um sentido totalmente diferente” e desconhecido até então. O esforço de Alex Polari em registrar sua vivência política/subjetiva

⁸ Para uma reflexão sobre a relação ente literatura e trauma histórico no contexto ditatorial, bem como uma análise mais aprofundada dessa obra de Polari, ver meu trabalho *A palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 1970*, cap.6 (VIEIRA, 2011). O tema é ainda hoje vigente e pertinente, como mostra, p.ex., um artigo jornalístico de Luiz Garcia sobre documentos que revelam a presença de diplomatas norte-americanos e do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) nas instalações do Dops (polícia política) de São Paulo, nos anos 1970: “A Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo [...] decidiu cobrar do Consulado dos Estados Unidos e da federação das indústrias estadual a explicação de um fato antigo, mas merecedor – digamos assim – de perplexidade.” No jornal *O Globo*, 22 fevereiro 2013, p.21.

segue nessa direção: há fatos, sensibilidades e sutilezas “colados a uma memória essencial”, que aguardam o reconhecimento de sua dimensão de testemunho histórico para que lhes seja conferido aquilo que Pierre Nora chamou de “a dignidade virtual do memorável” (Nora, 1993, p.28). Ainda que se trate de conferir dignidade e memorabilidade às estranhas reverberações da dor e da dificuldade de dizê-la, como atestam os versos de abertura do poema “Inventário de Cicatrizes”:

Estamos todos perplexos
à espera de um congresso
dos mutilados de corpo e alma.

Invenção que aconteceu – ficção e memória dolorosa em B. Kucinski

O livro *K.*, escrito pelo jornalista e professor Bernardo Kucinski (2012), é um dos mais recentes e belos livros de memória brasileiros sobre a experiência da ditadura civil-militar, mas especificamente, sobre a busca do pai, transformado no personagem K. – judeu emigrado da Polônia, na qual havia sido jovem militante político de esquerda, que no Brasil tornou-se tranquilo poeta e professor de *índice*, a ponto de alienar-se sobre as situações externas –, pela filha e genro desaparecidos. Ana Rosa Kucinski era professora de química na Universidade de São Paulo, e Wilson Silva era físico e trabalhava em uma empresa, com cujo salário sustentava seus pais. O casal, que “foi desaparecido” em abril de 1974 em São Paulo, participava ativamente da Aliança Libertadora Nacional (ALN), um dos principais grupos clandestinos de luta armada contra a ditadura, dirigido sucessivamente por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Carlos Paz.

Em nota introdutória ao “caro leitor” (será que o autor pode considerá-lo um igual e irmão, à la Baudelaire, em vista dos presentes conflitos de memória que agitam a sociedade brasileira, correlacionados à abertura de arquivos e à implantação de comissões de verdade no país?), encontram-se as seguintes palavras:

Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu. Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar confrontá-las ou lapidá-las com registros de época. [...] Depois, valendo-me da fabulação, levei essas recordações a cenários imaginados: juntei situações ocorridas em tempos diferentes, algumas idealizei do quase nada e preenchi as lacunas de esquecimento e os bloqueios do subconsciente com soluções inventadas (Kucinski, 2012, p.13).

Diante disso, a leitura do livro deixa no caro leitor um genuíno incômodo por não poder distinguir totalmente a realidade histórica e os elementos imaginados do texto; embora por vezes tal distinção seja possível, uma angustiada curiosidade predomina e beira às raias da necessidade de verdade, quando então se percebe o sentido basilar do que seja uma verdade libertadora. É sabido que a recepção depende da bagagem do leitor, de seu universo cultural compartilhado, seus conhecimentos históricos e suas concepções existenciais e filosóficas, em lato senso, mas quando se trata de uma ditadura violentamente silenciadora e assassina, em que os processos de transmissão de informações e saberes são

obstaculizados, e laços sociais são cortados, tudo muda de figura. Amigo e interlocutor do autor, Flavio Aguiar (2011) acompanhou a elaboração de K. e pode apontar, por exemplo, que de fato até hoje a família recebe correspondência bancária, propagandística etc., em nome da irmã desaparecida, gerando um mal-estar que não desaparece.

As ondas de mal-estar se ampliam quando se veem narrados em detalhes, com a tessitura da sensibilidade e do impacto dos fatos violentos sobre a subjetividade, acontecimentos já reconhecidamente reais: a infrutífera procura de familiares por desaparecidos políticos; os meandros kafkianos da administração pública, onde não se encontram registros dos presos, onde há negociação com informantes extorsivos que podem fornecer informações contraditórias, e boatos são espalhados propositadamente para confundir e “desmoralizar” os renitentes familiares e amigos; a moralidade hipócrita e a autojustificação escorregadia dos militares da alta patente; a ambiguidade da maior parte das lideranças religiosas em seus posicionamentos políticos, o que chega a interferir em suas interpretações teológicas (como no caso em que K., já convencido da morte da filha e da impossibilidade de encontrar seu corpo, solicita ao rabino um túmulo e uma lápide ritual, que lhe são recusados porque a ausência de restos mortais feriria a sacralidade da ortodoxia religiosa); o olhar enviesado e afastamento por parte dos vizinhos; o medo pairando no ar em toda parte; a tentativa de reconstruir o que pode ter acontecido apenas a partir de fiapos de notícias, trazidas por amigos que se tornarão eles também desaparecidos ou exilados, outros presos, ou por empregados, ou por quem quer que tenha um mínimo vestígio ou tenha visto a sombra daquele que desapareceu...

Esse processo de reconstrução afetiva e histórica – que se poderia chamar de ginzburgiano, por se realizar a partir dos fragmentos erodidos pelo tempo, dos erros, das imperfeições e da ficção, em busca de construir “a história verdadeira a partir da falsa” (Ginzburg, 2007, p.93) – é ao mesmo tempo motor e motivo, motivação, procedimento e temática do livro de Bernardo Kucinski. Com efeito, o trabalho é construído por fragmentos, cada capítulo é independente um do outro, mas a unidade está garantida “através de K.”, condutor do fio do enredo, e por isso o autor afirma haver iniciado e praticamente terminado a obra com ele, podendo os demais fragmentos ser lidos em qualquer ordem, diz o autor que certamente apreciou *O Jogo da Amarelinha (Rayuela, 1963)* de Julio Cortázar em sua juventude. Isso permite incluir-se K. na tradição da “novela emoldurada”, na qual uma narrativa matriz explica a existência das outras (Aguiar, 2011).

Três outros recursos formais que se destacam no livro são a composição do quadro narrativo a partir de detalhes, objetos de uso cotidiano, cartas, fotos, observações e pensamentos casuais que adquirem força reveladora; a condensação de vários personagens, inclusive o autor mesmo, na figura de K. (Nepomuceno, 2011); e as numerosas mudanças do foco narrativo, uma vez que os fragmentos alternam a 1ª, 2ª e 3ª pessoas, além de apresentarem diferentes vozes, ao lado da voz de K. À guisa de ilustração, vale mencionar: a entonação popular e de certo modo jocosa de policiais e/ou torturadores (“Que agora é a hora de limpar os arquivos [...]. Mesmo que eles estivessem vivos, como é que ia entregar, depois de tudo o que aconteceu? Não é para acabar com as provas? Pois nós acabamos”); a voz terrível de Sérgio Paranhos Fleury, o mais temível delegado da repressão, cujo sítio na região rural paulista foi um dos centros de tortura e morte que – hoje sabemos – proliferaram pelo país, nos moldes da Casa

da Morte em Petrópolis (RJ), local onde transcorre, no texto, a possível morte de Ana Rosa; a compaixão da solitária amante de Fleury, que buscou salvar o irmão das garras da polícia e busca solidarizar-se com quem vai à procura do delegado em situações semelhantes; o texto caracteristicamente burocrático e por vezes gramaticalmente obtuso de informes policiais, os quais consistem nos dois únicos documentos reais incluídos na obra; a voz doce de Ana mediante uma carta a uma amiga; a fala entrecortada e por fim soluçada da empregada da Casa da Morte, que é licenciada de um trabalho posterior por disfunções físicas e psíquicas e busca tratamento psicológico na rede de saúde pública; o fluxo ansioso e desamparado do pai de Wilson: “agora não sei o que vai ser de nós, na nossa família o pontalete era ele, sustentava, acudia, agasalhava, ficamos no desarrimo, não é certo, os filhos é que deveriam enterrar os pais, e não os pais enterrarem os filhos. Pior que nem isso, nem enterrar podemos.” (Kucinski, 2012 p. 77 e 88, respectivamente).

Aliando qualidade literária a uma admirável sinceridade, pode-se discernir na linguagem de *K.* a mistura de um toque flaubertiano⁹ e kafkiano (a que nos remete o próprio título, além do nonsense labiríntico das sendas do poder), embora não seja imprudente associá-la também à estética seca de Graciliano Ramos, escritor “de poucas palavras” que viveu por meses a experiência do cárcere sob a ditadura do Estado Novo varguista (1937-1945). De fato, o que se desdobra de *K.*, em termos de emoções, reflexões e conhecimento sobre a experiência histórica, transborda suas 177 páginas, o livro é pequeno para tantos sentidos, para tão bem delineada construção do vazio ou da presença da ausência que (não) preenche o lugar de um desaparecido: “Se a dor suprema pertence ao pai, a sua tragédia é a de todos nós”, observa Aguiar (2011, s/p). E apesar das lutas por uma justiça de transição estarem em ascensão no Brasil, incluindo a tentativa de fazer do “desaparecimento” uma figura jurídica passível de julgamento e condenação, como se vê em outros países, esse processo é ainda incipiente e insatisfatório e os movimentos da memória não deixaram de ser um problema, uma lacuna e o principal modo de se discutirem as feridas brasileiras entre os anos 1960 e 1980:

A busca desesperada primeiro, furiosa depois, serena mais tarde, porém perene, absolutamente perene, de um pai pela filha sequestrada e desaparecida pelo terrorismo de Estado que imperou no Brasil durante muito mais tempo, e de maneira muito mais profunda do que se acredita (e se quer fazer acreditar) nos conduz, nos torna acompanhantes e testemunhos dos andares e desandares de ‘K’. E é essa angustiada – e inútil – saga que surge dos lampejos de memória que aparecem desordenados, na tentativa de conseguir enfim entender o que aconteceu, como aconteceu, quando aconteceu. E, ao mesmo tempo, abre portas e brechas para que saltem à luz personagens daquele tempo, deste nosso tempo, com seu inventário de dores e amputações, com suas cicatrizes na alma. (Nepomuceno, 2011, s/p).

Em geral comparada e minorada ante as ditaduras argentina e chilena, a abrangência do estado de exceção brasileiro não está de todo mapeada, e resta muito o que se fazer para compreender seus mecanismos e heranças, de modo a

⁹ Não cabe aqui desenvolver a possível analogia entre a busca do termo justo que caracteriza a escrita de Flaubert e a busca de “fatos justos” ou verdadeiros, que se desdobra na busca por justiça.

efetuar o inventário da vida danificada (Adorno, 1993). Nesse processo, as estratégias de memória têm-se mostrado fundamentais, seja para os estudos literários ou historiográficos¹⁰, e constituem o cerne desse trabalho de Kucinski, no qual uma espécie de eixo invisível é dado pelo próprio procedimento da memória que o texto mimetiza, ou seja, o texto reproduz/transfigura mimeticamente não apenas lembranças, mas o modo mesmo como a anamnese funciona: o armazenamento e construção de pedaços do passado (imagens, sons etc.) através da referência fragmentária ao real acontecido e o processo complexo de seleção, ordenação e reordenação desses fragmentos, passível de mudança a cada momento da rememoração, unindo passado-presente-futuro e compondo uma tessitura mais ou menos aberta como uma rede, em que os fios de recordação e os vazados de esquecimento são igualmente constitutivos¹¹.

A perplexidade que emana dessa (re)construção de memória perpassa todas as páginas de K., todavia só é literalmente escrita no fragmento “Nesse dia, a Terra parou”, que relata o evento incrivelmente real de um comunicado oficial do governo sobre o paradeiro de desaparecidos, em fevereiro de 1975, através de um pronunciamento do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, em uma transmissão de rádio e televisão em cadeia nacional, e que se mostrou uma farsa e gerou a mais profunda decepção para familiares “prenhes de espera”:

Em K., a esperança se esvai. [...] Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena. // De repente é pronunciado o nome de um respeitado professor de economia que nunca desapareceu [...] Em vez de 22 explicações, 27 mentiras. [...] a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica. [...] o sol retoma sua órbita; tudo volta a se mexer; o movimento volta às pessoas. K. não se move; sente-se muito cansado. (Kucinski, 2012, p.69-70).

Ante o cansaço e o espanto, sem possibilidade de contar com o Estado e com os métodos da historiografia científica, restaram ao autor 40 anos de lenta elaboração dos acontecimentos e o recurso prioritário à ficção para a organização e registro da experiência, organização esta que é ao mesmo tempo lembrança subjetiva, inventiva e histórica, de modo que o livro se faz “não na ordem cronológica dos fatos e sim da exumação imprevisível desses despojos da memória, o que de novo me obrigou a tratar os fatos como literatura, não como História” (*ivi*, p.13). É dessa maneira que ele se cumpre: como uma obra que veio, nas palavras da autora da orelha do livro, “para nos colocar dentro da dor e da

¹⁰ Veja-se um bom debate teórico e político sobre a relação entre história e memória, no contexto europeu, em Traverso (2005). Sobre os efeitos e continuidades do estado de exceção no Brasil, ver Teles e Safatle (2010). Neste livro, os organizadores recusam a ideia de que a ditadura brasileira teria sido mais leve do que as outras do Cone Sul, pois isso significa aderir ao que querem seus defensores, e não ver o quanto foi insidiosa e longeva. O artigo de Janaína Teles mostra o histórico das lutas de familiares de desaparecidos políticos no país que situa a busca de K.

¹¹ Essa concepção de memória baseia-se em Benjamin (1994), Paolo Rossi (1991) e Lowenthal (1998). Acerca do conceito de mimesis, Costa Lima vem desenvolvendo estudos que discutem a teorização e história do conceito, mas para os propósitos deste trabalho cabe apenas observar que o termo está sendo usado à maneira de Auerbach, sob a qual se percebe a concepção de uma representação transfiguradora do real (uma mimese externa, segundo Costa Lima), na qual se misturam e se alteram mutuamente os elementos de “cópia” e os elementos imaginativos/criadores, em movimentos respectivamente de aproximação e distância com o universo das coisas e acontecimentos históricos.

memória”, e enquanto tal, para vir a realizar no país a função social do luto que a sociedade brasileira tende a negligenciar, e que é contudo essencial para a cicatrização das feridas também históricas.

De perplexidade e memória no Brasil contemporâneo

Um cotejo dos textos literários e memorialísticos com o contexto político, econômico e cultural do na década de 1970 permite identificar elementos traumáticos na sociedade, que se traduziam especificamente como uma vivência social de incomensurabilidade diante do processo de mudança na experiência histórica no período, e a perplexidade dele decorrente (Vieira, 2011). Os rastros deixados por tal perplexidade na cultura e na história brasileira, seus sentidos e formas, bem como as peculiaridades dos traços traumáticos no Brasil contemporâneo, requerem estudos que aprofundem sua compreensão, uma vez que nas décadas seguintes não se constata o fim da perplexidade, mas talvez seu aprofundamento, ou seja, não se tratou de um trauma político “apenas”, mas o início de um tipo de experiência que nos anos subsequentes adquiriu formas de continuidade dolorosa e problemática, pois traumas se transmitem como falhas, faltas, silêncios, de modo que passaram a nos faltar alguns recursos hermenêuticos necessários para dar sentido à realidade.

A dificuldade de se compreender e definir o que se vivia e sofria, de resto comum para quem está imerso em seu momento histórico, tornava-se particularmente densa perante os disfarces ideológicos do governo e seu grupo de apoio, as artimanhas jurídicas e eleitorais, os discursos invertidos (como defender os Atos Institucionais que suprimiam direitos políticos em nome da “democracia”), além dos prazerosos efeitos imediatos do “milagre econômico” de 1968-1973 (cuja crise se desdobrou posteriormente por duas décadas, senão até hoje), e de uma certa incapacidade por parte de setores menos intelectualizados e politizados da população de sequer imaginar o horror que passava nos “porões” da ditadura. Era como se a sociedade brasileira se recusasse a se ver cindida e a perder sua inocência – tão decantada, por exemplo na poética de Chico Buarque, que a condensa nos versos da canção “João e Maria”: “no tempo da maldade/acho a gente nem/tinha nascido [...]” O jogo de luzes e sombras em que se misturavam intencionalidade política e ingerências estruturais sócio-econômicas, escolhas conscientes e inconscientes, opções racionalistas e “irracionalistas”, sadismos e inocências, certamente provocava confusão e não facilitava uma percepção social aguda e precisa da experiência histórica então em curso.

A busca em alguns dicionários dos significados possíveis para a palavra “perplexidade” resume-se no seguinte quadro: trata-se do embaraço de uma pessoa que não sabe que decisão tomar, hesitação, irresolução, dúvida, ambiguidade, derivando no adjetivo “perplexo”, referente a indeciso, duvidoso, irresoluto; ambíguo¹². A decomposição da palavra nos mostra o prefixo “per” – como um uso antigo da preposição “por”, hoje utilizado apenas na locução “per si” (um de cada vez, cada um isoladamente, independentemente dos outros ou

¹² Segundo pesquisa realizada no *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, no *Dicionário e Enciclopédia Ilustrado Koogan/Houaiss* e no *Priberam* online (acesso em 23/04/2012). O sentido etimológico de “perplexidade” não foi encontrado no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* do prof. José Pedro Machado, mas sim sua decomposição em “per” e “plexo”.

do resto) e em combinação com os artigos definidos e os pronomes o(s) e a(s): pelo(s), pela(s) – somado ao substantivo “plexo”, que em anatomia significa um entrelaçamento de muitas ramificações de nervos ou de quaisquer vasos sanguíneos (o plexo solar está localizado atrás do estômago). No sentido figurado, significa um encadeamento. Do prisma da etimologia, “per” consiste em um elemento de composição culta que traduz tanto a ideia de “saco” ou “pêra” quanto a de “além”; por sua vez, “plexo” deriva do latim *plexus*: entrelaçado, entrelaçamento, laço, rede (de *plecto -ere*: enlaçar, entrelaçar, entrançar). Do mesmo vocábulo provêm outros termos que comportam essas ideias de “entrelaçar, trançar”: enteroplexo, plexiforme, complexo, plecto, bem como o sentido figurativo de “dispor, arranjar sua vida”.

Disso, podemos extrair um conjunto de significados conotativos que compõem imagens de algo que está além ou que atravessa um corpo em seu centro de ramificações nervosas e sanguíneas, em sua rede entrelaçada de fatores intelectuais, emocionais, psicofísicos, ou seja, algo que está além ou que atravessa os encadeamentos produzidos por um corpo individual ou social, encadeamentos estes necessários ao processo de produção de nexos e sentidos. Em outros termos, ao ser atravessado o centro-complexo produtor e transmissor de cadeias de sentidos, estes são desestabilizados e desviados, ficam colocados “além”, configurando um processo social de desencadeamento e dificuldade de dispor da própria vida. Tal afetação do plexo pode explicar que os sinônimos de perplexidade girem em torno das ideias de indecisão, hesitação e ambiguidade, sob as quais se ocultam as noções de falta de diretriz e desequilíbrio.

Assim, no contexto em questão, é compreensível que a dinâmica do dizer e calar – como parte normal das construções linguísticas e da composição poética em particular, bem como das tessituras da memória – adquirisse sentido especial e forte carga de espanto. Tal espanto não significava naquelas circunstâncias o impulso cognitivo de uma dúvida filosófica, a exemplo do racionalismo cartesiano, mas uma interrogação quase sem palavras e nenhuma resposta, uma quase imobilizante falta denexo e sentido para os acontecimentos (Vieira, 2011). É significativo que Herbert Daniel, escritor e militante da mesma organização que Polari e que por sorte nunca foi preso, sintetizasse um conjunto de reflexões com a curta assertiva: “A palavra perplexidade resumiu tudo” (1982, p. 64). Resumia o que se passava não só entre os militantes de esquerda derrotados e os exilados, mas em toda a sociedade, nos meios culturais e políticos, entre os medusados e os lúcidos.

Contudo, o professor e crítico literário Antônio Cândido já havia notado a presença da perplexidade no Brasil há mais tempo, no período pós 2a. Guerra, em que “o presente momento [era] de perplexidade”. A motivação para isso ele encontrava, entre outros fatores, no modo como a indústria cultural se introduziu, ferindo a afirmação do sistema literário, ou seja, no fato de justamente no momento em que a literatura brasileira conseguia forjar um sistema expressivo que a ligava ao passado e ao futuro, um conjunto de tradições literárias, estas começaram a não mais funcionar como força estimulante da cultura, de maneira que as formas de expressão e comunicação baseadas na leitura-escrita atingiram simultaneamente o auge e a crise, ante a concorrência dos novos meios expressivos fundados na palavra oral, na imagem e no som, exigindo um outro tipo de espírito e de enquadramento de público (Candido, 2006, p.125-126). Se a sociedade de massas trazia à literatura situações de crise e perplexidade desde os anos 1940-50, no período nacional-desenvolvimentista,

sua consolidação com a plena vigência da indústria cultural nos anos 1960-70 acarretava a superposição de “camadas” de crise e perplexidade.

Entre essas camadas, encontram-se também aquelas relativas ao processo de modernização ou à instalação da modernidade no mundo ocidental, cujas contradições são especialmente acirradas nos países de desenvolvimento capitalista tardio. Alguns autores destacam as alterações decorrentes das transformações modernas ocorridas com o tempo, e o tempo histórico em particular. A impermanência moderna; a noção de intervenção humana na história e da possibilidade de um mundo novo, derivada da Revolução Francesa; a sensação de que sem Deus tudo é possível destacada por Dostoiévski; a percepção de que o fluxo histórico segue um ritmo acelerado a tal ponto que as gerações já não se reconhecem umas nas outras, pois as épocas históricas seriam totalmente novas e diferentes entre si; são aspectos que constituem a ideia de ruptura temporal estudada por Koselleck. A tudo isso se somam, na contemporaneidade, as catástrofes das guerras mundiais, dos genocídios e do impensável evento dos campos nazistas de extermínio. Próximos desses acontecimentos, autores como Benjamin, Adorno, Hanna Arendt, apontam de modo mais afiado a brutalidade de uma quebra da tradição que teria lançado o mundo no terreno incerto da imprevisibilidade e no “redemoinho do absurdo”, bem como da constatação da inexistência real do progresso, de onde deriva um padrão de sensibilidade eivado de perplexidades (Barros, 2011).

Em outras palavras, e recorrendo a outros autores, os brutais processos históricos da modernidade e contemporaneidade, sobretudo no século XX – e vale sublinhar que se realizaram, assumidamente ou não, em prol da consolidação do capital e da sociedade produtora de mercadorias (Menegat, 2003) – trouxeram aos mais atentos a noção de uma crise civilizacional derivada de Auschwitz de tão intensa proporção que a história se rasgou, segundo a expressão de Enzo Traverso (1998). As repercussões de tudo isso abalaram a estrutura da experiência, ou a estrutura de sentimentos, segundo o conceito de R. Williams (1979), no sentido da hesitação, ambiguidade, sofrimento e alteração dos nexos que caracterizam a perplexidade.

Muitos estudos já apontaram os efeitos desses processos históricos sobre as dinâmicas da representação social e da mimese artística, bem como sobre as dinâmicas da memória, individual e coletiva. No que se refere à relação entre modernidade e mimese na literatura, Costa Lima observa um outro fator, qual seja a tendência das teorias estéticas em considerarem a poética como um movimento de negatividade em relação a seu contexto, mas que não se realiza assim obrigatoriamente¹³. Embora as reflexões do autor sigam em direção diferente, importa aqui destacar as dificuldades dos modos de representação social, incluindo-se a literatura, e o quanto o fetiche da mercadoria interfere na prática e na teoria da literatura, que no entanto se quer politicamente crítica. Tendo em vista a relação entre mercadoria e indústria cultural, compreende-se mais uma faceta da perplexidade no Brasil dos anos 1970, quando o país vive

¹³ “É certo que a necessidade constante de mudança, que o acúmulo de negações resulta da situação inerente à sociedade que, privilegiando o capital e sua apropriação privada por uns poucos, impede a socialização das representações. Daí entretanto não se conclui que o poético haja se convertido numa espécie de permanente foco de resistência [...] Na verdade, a tradição da negatividade encontra um *modus vivendi* com a sociedade que nega e que, ao mesmo tempo, a impulsiona, através da fetichização da mercadoria própria ao capitalismo.” (Costa Lima, 2003, p.121).

mais uma fase de “modernização conservadora”¹⁴ conduzida pelo Estado e o grupo de artistas e intelectuais se cinde dada a inserção de alguns nas redes de televisão que se afirmam com apoio do governo ditatorial, ou nas agências estatais de incentivo (e controle) cultural, como o Instituto Nacional do Livro, ou a Fundação Nacional de Arte, ou a Empresa Brasileira de Cinema... Ainda que se possa argumentar corretamente que para muitos não houvesse outra opção de sobrevivência, sobretudo após a crise econômica de meados da década, a forte contradição com o discurso crítico e politicamente resistente que pretendiam é clara. Quão diversa era a situação de um Alex Polari, ou daqueles que a figura de K. condensa, ao abandonar a literatura por constatar que “era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal”, e por se dar conta do impedimento moral que reside em “envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia” (Kucinski, 2012, p. 132-133).

Integram-se aqui duas questões adornianas: a impossibilidade da beleza poética após as catástrofes históricas¹⁵ e os sofrimentos infringidos a uma subjetividade quando sua vida é danificada por experiências históricas violentas. Não cabe neste trabalho desenvolvê-las, mas sim observar que ambas se relacionam à profunda transformação que a violenta história do século XX exerceu sobre as subjetividades, as práticas sócio-culturais e as próprias noções de cultura e civilização. A ruptura civilizacional produzida por Auschwitz não significou um mero parêntese histórico, mas “um rasgo da trama mais profunda da solidariedade humana” (Traverso, 1998, p.154), impedindo uma reconciliação do pensamento e dos discursos com a experiência, pois a catástrofe desfigurou o conteúdo das relações sociais e das palavras, ou seja, mudou a matéria mesma da poesia e da ficção, fundadas em última instância na relação da linguagem com a experiência que caracteriza a mimese, em seu jogo complexo de aproximações/repetições e distanciamentos/transfigurações. A vida se danifica, conforme o subtítulo de *Minima Moralia*, também pelo impacto exercido na formação das subjetividades com a quebra ou deformação das dinâmicas da solidariedade, da identificação e da interlocução, e com as dilacerantes, mas veladas, questões éticas trazidas pela instrumentalização nazista da razão, do inconsciente, dos afetos e da comunicação social, vinculada à renovação do fôlego do capitalismo em sua etapa contemporânea.

As reflexões sobre Auschwitz e sobre as ditaduras latino-americanas no último quartel do século XX desdobraram-se no conceito de trauma sócio-histórico, que se mostra operacional na interpretação e análise das experiências violentas e/ou catastróficas e suas difíceis representações. Embora trauma e perplexidade não sejam idênticos, apresentam vários aspectos semelhantes, em especial no Brasil contemporâneo, onde os eventos propriamente traumáticos parecem ter encontrado na noção de perplexidade a sua melhor expressão (Vieira, 2011). As ocorrências violentas, como ensina a psicologia, podem provocar grandes desarranjos psíquicos, interferindo no processo de subjetivação

¹⁴ Para uma discussão sucinta desse conceito e as diversas fases de modernização conservadora no Brasil, ver Dominguez (2002).

¹⁵ “quanto mais totalitária for a sociedade, tanto mais reificado será também o espírito, e tanto mais paradoxal será o seu intento de escapar por si mesmo da reificação [...] A crítica cultural encontra-se diante do último estágio de dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poemas.” (Adorno, T. 1998, p.26. Grifo meu.)

dos indivíduos, uma vez que desencadeiam um transbordamento de afetos e intensidades que não comportam sentido em si, de modo que a psique buscará soluções para dar significação àquilo que se configura como dor. Isto, por sua vez, sempre dependerá de uma rede intersubjetiva que inclui elementos intra e extra psíquicos, ou seja, dependerá tanto das possibilidades “internas” de quem sofreu o trauma quanto da sustentação propiciada pela rede sociocultural. A afetação operada chega a modificar relações sociais vigentes, os códigos linguísticos, a forma de ser e estar no mundo, podendo ser menos ou mais patológica conforme permita viabilizar procedimentos de geração de sentidos e significações para o indivíduo e a coletividade, como na arte e na narrativa, ou ao contrário, gerar um efeito paralisante dos processos de simbolização, pois os excessos emocionais inassimiláveis e irreduzíveis ao campo das significações imperantes na sociedade desafiam a memória e as possibilidades de elaboração e relato para além dos limites da integração do *self*, chegando à fragmentação da subjetividade (Maia, 2003). Os traumas, quando não elaborados devidamente através de um processo de luto, acarretam em geral o recalque ou encriptação da vivência dolorosa, desdobrando-se em melancolia ou em sucessivos ciclos de retorno inconsciente do recalcado.

Os efeitos disso sobre a memória cria penosas configurações em que se imbricam para além do normal a lembrança e o esquecimento, o discurso e o silêncio, o medo e o desejo de dizer. Na sociedade brasileira, observa-se uma ausência de debate nacional no que se refere aos traumas históricos locais, decorrente da falta de acolhida do relato e da memória traumática por parte de amplos setores sociais. Isso permite classificar o Brasil no caso dos países que vivem regimes pós-traumáticos nos quais há uma tendência a não se admitir a necessidade de os perpetradores reconhecerem seus atos passados e tentarem construir uma relação distinta com as ex-vítimas e os sobreviventes, de maneira a permitir uma resposta social empática e o luto coletivo, para os quais a autocrítica e mesmo a tristeza são necessárias, ainda que não se deva confundilas com as formas nostálgicas. Enquanto isto não ocorre, perambulam no mundo pós-traumático fantasmas do passado, os quais não pertencem a nenhum indivíduo ou grupo particularmente, mas que aparecem como sintomas sociais que não se apascentam porque há uma perturbação na ordem simbólica, derivada de uma perda ou dor tão injustificável e transgressora que excede os recursos de luto e expressão da dor de que a sociedade dispõe. Todavia, qualquer reconciliação viável em âmbito coletivo não depende apenas de processos de empatia e luto, mas exige mudanças econômicas, sociais e políticas em contexto mais amplo, dentro do qual o luto adquiriria um sentido mais vasto (La Capra, 2005).

Nesse quadro, os esforços pelo registro e pela memória dos eventos dolorosos vividos sob a ditadura adquirem carga política particular, pois funcionam a contrapelo de uma tendência social ao esquecimento, ao silenciamento e à reconciliação apenas aparente¹⁶. As estratégias de memória presentes nas obras de Polari e Kucinski aqui em pauta sintetizam tal esforço e de certo modo se adequam – ou tem potencial para tal – à proposta adorniana de tentar juntar as duas exigências paradoxais que se dirigem à arte contemporânea: por um lado, lutar contra o esquecimento e o recalque, o que significa lutar pela

¹⁶ Para uma discussão do fim da ditadura no Brasil como uma “reconciliação extorquida”, e portanto ineficaz, ver o texto de Jeanne Marie Gagnebin, no livro de Teles e Safatle.

rememoração e contra a repetição catastrófica, mas por outro lado, impedir que a lembrança do horror se transforme em mais um produto de consumo cultural, como uma mercadoria, o que a integraria perversamente na (in)cultura que a gerou (Gagnebin, 2003). Tal coisa requer uma especial delicadeza, que não pode ser proporcionada pelo comportamento mimético tradicional ou a estética clássica, baseados na relação de domínio do sujeito sobre o objeto. As ingerências da delicadeza substituem este domínio por uma *dialética da distância e da proximidade*, por uma relação cognitiva e expressiva de outro jaez, em que o sujeito não se apossa do objeto, mas ambos se tangem e se reconhecem, sem se tornarem idênticos.

Perplexidade e consciência histórica: reflexões, mais que conclusões...

Em 1973, a revista *Argumento* – uma das revistas de oposição ao regime político, com teor de crítica social e cultural que surgiram no Brasil à época, sempre com curta duração – afirmava em seu editorial de lançamento que apesar das restrições ao campo intelectual “*sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recusar a cair no desespero*”. Sem ilusões nem intenção de nutri-las, os editores optavam pela independência que “*custa caro e não encoraja as subvenções*”, pois não se tratava de ter propriamente o que vender, mas de “*propor um espaço de lucidez*”. E concluía: “*Contra fato há argumento*” (*Argumento*, 1973, p.1, grifo meu). A revista trazia trabalhos de intelectuais reconhecidos já então, ou que adquiririam renome no país até hoje, mas a censura implantada pela lei de imprensa da ditadura impediu que ela ultrapassasse quatro números. Sua busca por ideias independentes e invendáveis e por argumentos que superassem os ânimos letárgicos ou perplexos encontravam-se na contramão das tendências políticas e econômicas dominantes. E ainda que a revista tenha sido vendida em bancas de jornal para atingir um público mais amplo, tudo indica que seus argumentos não superaram os problemas advindos da perplexidade e de sua representação. Ademais, além da censura e do medo, contava-se com o obstáculo colocado contra a lucidez pela tendência anti-intelectualista vigente (Vieira, 2011), que somava às heranças da escravidão e do analfabetismo uma enorme insatisfação dos jovens com as reformas educacionais de corte técnico e mercadológico impostas pelos governos militares, as quais alteraram o caráter crítico da formação escolar e universitária, e expulsaram ou desanimaram boa parte dos professores que não haviam sido cassados ou exilados.

A força argumentativa não parecia suplantiar o sentimento subjacente aos versos de Alex Polari em “*Questão de Sistema – II*” (1979, p. 32):

Existem muitas filosofias
e racionalizações para tudo
mas você verá, um dia,
no rosto dos usuários,
perplexidade.

A sugestão de um caráter sistêmico mostra o quanto a questão é complexa e ampla e indica um dos fatores do recalque ou decantação da memória da ditadura por 40 anos no Brasil, cujo ciclo de rememoração e decorrentes disputas que caracterizam os períodos de instalação de uma justiça de transição iniciou-se

recentemente¹⁷. O seminal inventário de feridas de Polari, e mesmo o já melhor aceito livro de Kucinski participam da árdua tarefa de inserir tristes lembranças no país da alegria, pois que, intuitivos ou ciosos da necessidade do luto social para as “dores históricas”, sabem que é preciso lembrar para poder esquecer, segundo a máxima freudiana.

Cada qual à sua maneira e em seu momento, demonstram ter sentido a necessidade de uma linguagem outra, que se aproximasse da dialética da delicadeza acima mencionada, entre a proximidade e a distância do objeto tratado, o grito e o silêncio, a fuga ao sofrimento e a negatividade crítica. Assim, nesses autores, a poetização e ficcionalização consistem em distintas estratégias da memória – o registro do vivido para futuro reconhecimento em Polari, e a recordação intencional e amadurecida a posteriori de Kucinski. A literatura tem fornecido os recursos primordiais desse tipo de representação no Brasil, e provavelmente em toda parte, mas cabe igualmente à historiografia desvendar esse universo¹⁸.

No entanto, e isso é importante, consistem também na busca, não se sabe se intencional, de não entregar seus textos e suas dores aos processos atuais de assoladora reificação do passado que se tornaram vigentes depois que o trauma histórico de Auschwitz passou a definir uma nova forma de consciência histórica na contemporaneidade. O passado transformado em “objeto de consumo, estetizado, neutralizado e rentabilizado, prestes a ser recuperado e utilizado pela indústria do turismo e do espetáculo, notadamente o cinema” (Traverso, 2006, p.11) aporta novos problemas políticos e econômicos a essa nova consciência histórica. No caso do Brasil, a questão da dor e da memória social de tão difícil e retardatária aceitação pareceria em princípio afastar esse processo reificador, mas há que cuidar para que isso não seja mais uma ilusão alentadora, considerando-se as heranças da história nacional, bem como o teor sistêmico do mundo crescentemente globalizado – ao que não escapam nem as teorias historiográficas, nem as representações sociais e artísticas, nem as dinâmicas da memória. Pode-se mesmo aventar que o surgimento de uma nova consciência histórica no país, que incorpore as dores e as contribuições da memória, sem nelas diluir a história, ao ter que lidar com a ameaça de reificação do passado venha a desenvolver mais uma camada de perplexidade, a ser considerada... Mas isso o tempo dirá.

Por ora, constata-se a existência de obras brasileiras, como as aqui estudadas, que andam no fio da faca e recorrem à escrita poética ou à prosa ficcional para dizer o que (ainda) não encontrou outro modo de ser dito e ouvido socialmente, e talvez nunca seja. Não se trata de reafirmar uma romântica capacidade da arte literária em manifestar o inusitado ou inexprimível, mas de compreender as efetivas dificuldades sociais de dicção e representação

¹⁷ Para a ideia de que as sociedades pós-traumáticas obedecem ciclos de memória e esquecimento, ver Groppo, *op.cit.*

¹⁸ A tarefa está proposta, pois como diz a historiadora francesa Arlette Farge, “a dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante. [...] a emoção, a dor, a infelicidade são sentimentos que a história deve também interpretar, e o relato literário, por mais sublime que seja, não pode remediar uma ausência da história nesse domínio.” (2011, p.19 e 22). Sobre a relação entre memória e consciência histórica, além dos trabalhos de Traverso e La Capra citados, subjazem ao presente trabalho algumas ideias de Jorn Rüsen (2009), que propõe uma teorização da questão da consciência histórica, na qual diferentes níveis de memória e historiografia se movimentam em um circuito impulsionado pela função social de orientação no tempo que a ambas é demandada.

resultantes de experiências históricas dolorosas. Pode-se falar em uma espécie de paradoxo da dor e do tempo: contra cronos devorador, busca-se a história porque se quer o reconhecimento e a afirmação da dor como realidade histórica, se quer sua historicização, como dizem Certeau (2000, p.106-109) e Rüsen (2009), e se recusa dissolvê-la na ficção. Ao mesmo tempo, busca-se a linguagem literária para escapar ao tom demasiado frio que a historiografia tende assumir (Traverso, 2005). Assim, os textos de Polari e Kucinski mostram que está em jogo *não apenas as dinâmicas de registro e memória dos acontecimentos, mas da perplexidade em si*. Acerca dela, ainda há muito a ser estudado... e de sua superação, quem dirá?

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. 2.ed. São Paulo, Ática, 1993.
- “Crítica cultural e sociedade” in ADORNO, Theodor *Prismas. Crítica Cultural e Sociedade*. São Paulo, Ática, 1998. (p.7-26).
- AGUIAR, Flavio. “O livro do Bernardo”. *Carta Maior Publicações*. São Paulo, 28 outubro 2011. <http://www.cartamaior.com.br>. [fevereiro 2013, p. 1].
- BARROS, José D'Assunção. "Koselleck: o Historicismo e o enigma das temporalidades" in BARROS, José D'Assunção *Teoria da História*, v. IV. Petrópolis, Vozes, 2011. (p.265-302).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre história da cultura. Obras Escolhidas I*. 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- CÂNDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945” in CÂNDIDO, Antonio *Literatura e Sociedade*. 9.ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006. (p. 117-146).
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2.ed. Trad. M^a Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2000
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade; formas das sombras*. 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho. Um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982.
- DOMINGUEZ, José Maurício. “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. *Revista Dados*, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002. (p. 459-482).
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Após Auschwitz” in SELIGMAN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, UNICAMP, 2003. (p.91-113).
- GINZBURG, Carlo. “Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história” in GINZBURG, Carlo *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007. (p. 79-93)
- GROPPO, Bruno. “Traumatismo de la memoria e impossibilidad del olvido em los países del Cono Sur” in GROPPPO, B. e FLIER, P. (org). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata, Al Margen, 2001. (p. 19-42).
- KUCINSKI, Bernardo. *K*. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- LA CAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires, Nueva Visión, 2005.

- LOWENTHAL, David. "How we know the past" in LOWENTHAL, David *The past is a foreign country*. Cambridge, University Press, 1988. (p. 185-259).
- MAIA, Marisa S. *Extremos da alma*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.
- MENEGAT, Marildo. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Relume Dumará, 2003.
- NEPOMUCENO, Eric. "K.' e a dor sem remédio de uma ausência sem fim". *Carta Maior Publicações*. São Paulo, 20 novembro 2011. <http://www.cartamaior.com.br>. [Acessado em 28 fevereiro 2013, p. 1].
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História, São Paulo, PUC, n.10, dez 1993.
- PIETROCOLLA, Luci Gati. "Um tempo sem trégua: as prisões políticas nos anos 60/70" in FREIRE, A.; ALMADA, I. e GRANVILLE, P. (org). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997. (p.449-470).
- POLARI, Alex. *Inventário de Cicatrizes*. 4.ed. São Paulo, Global, 1979.
- REVISTA Argumento*, ano 1, n.1, outubro 1973.
- ROSSI, Paolo. "Ricordare e dimenticare" in ROSSI, Paolo *Il passato, la memoria, l'oblio: sei saggi di storia delle idee*. Bologna, Il Mulino, 1991. (p.13-34).
- RÜSEN, Jörn. "Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história". *Revista História da Historiografia*. Universidade Federal de Ouro Preto, n.02, março 2009. (p.163-211). www.ichs.ufop.br. [28 fevereiro 2013].
- TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org). *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- TRAVERSO, Enzo. *L'Histoire déchirée*. Paris, Cerf, 1998.
- TRAVERSO, Enzo. *Le passé, modes d'emploi: histoire, memoire, politique*. Paris, La Fabrique, 2005.
- VIEIRA, Beatriz de Moraes. *A Palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 70*. São Paulo, Hucitec, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. "Estruturas de sentimento" in WILLIAMS, Raymond *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. (p. 130-137).

Beatriz de Moraes Vieira é professora (e tradutora) na área de Teoria da História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde desenvolve o projeto de pesquisa "A Dor da História (I) – Estudos de História, Historiografia e Literatura: A Perplexidade no Brasil nos Anos 1970". Possui mestrado em Literatura Brasileira e doutorado em História Social, ambos pela Universidade Federal Fluminense.

Contacto: bea.mvieira@ig.com.br

Recebido: 01/03/2013

Aceptado: 16/05/2013